



# **ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.**

**Informações Contábeis Intermediárias 31 de março de 2014**

## ÍNDICE

Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias.....	13

## **Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias**

Aos Administradores e Acionistas da  
**ISA Capital do Brasil S.A.**  
São Paulo – SP

### **Introdução**

Revisamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da ISA Capital do Brasil S.A. (“Companhia”) em 31 de março de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Como consequência da reestruturação da Dívida efetuada no exercício de 2010, indicada na nota 17.a, a Companhia, reconheceu a emissão de ações preferenciais resgatáveis, indicada na nota 26.a, como um instrumento patrimonial, a qual, em nossa opinião, deveria ser reconhecida como instrumento financeiro passivo, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 39 e IAS 32. Adicionalmente, a Companhia reconheceu a remuneração do referido instrumento como dividendo fixo cumulativo, conforme prevê seu Estatuto Social e Acordo de Acionistas, e não como despesa financeira a título de juros, da forma como entendemos que deveria ser. Caso a Companhia houvesse reconhecido a referida emissão de ações como instrumento financeiro passivo e a mencionada remuneração tivessem sido reconhecidas como despesa financeira e não como dividendo, o patrimônio líquido, em 31 de março de 2014, seria diminuído em R\$891.692 mil, passando de R\$1.800.947 mil para R\$909.255 mil, individual, e passando de

R\$4.799.110 mil para R\$3.907.418 mil, consolidado. Adicionalmente, o total do passivo seria aumentado, passando de R\$484.740 mil para R\$1.376.432 mil, individual, e de R\$2.442.692 mil para R\$3.334.384 mil, consolidado. O lucro líquido do exercício findo em 31 de março de 2014 seria diminuído em R\$23.960 mil, passando de R\$29.894 mil para R\$5.934 mil, individual, e, de R\$82.899 mil para R\$58.939 mil, consolidado, antes da participação dos acionistas não controladores.

### **Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto discutido no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais da ISA Capital do Brasil S.A., não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto discutido no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da ISA Capital do Brasil S.A., não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia, em 31 de março de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

#### **Indenização dos valores referentes aos bens classificados como Serviço Existente (SE)**

Conforme descrito na nota 8, com base no previsto na Lei nº 12.783/13 e na Nota Técnica nº 402/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a controlada CTEEP encontra-se em processo de elaboração de laudo de avaliação, a ser encaminhado ao Poder Concedente em 2014, para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis classificados como Serviço Existente (SE). Enquanto o valor não é homologado, a controlada CTEEP mantém registrada, desde 2012, uma provisão para redução ao valor de custo de construção dessa infraestrutura, no montante de R\$1.535.319 mil, remanescendo um saldo de R\$1.490.986 mil, equivalente ao ativo imobilizado regulatório (valor histórico). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

## **Lei nº 4.819/58**

Conforme descrito nas notas 9 e 36, a controlada CTEEP mantém registrado saldo líquido de contas a receber do Estado de São Paulo no montante de R\$676.658 mil relativos aos impactos da Lei nº 4.819/58, que concedeu aos servidores das empresas sob o controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos. A Administração da controlada CTEEP vem monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e negocial do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Valores correspondentes ao exercício anterior**

As informações contábeis correspondentes relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013, e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria e revisão datados de 12 de março de 2014 e 25 de novembro de 2013, respectivamente, com a mesma modificação e mesmas ênfases apresentadas acima.

São Paulo, 27 de junho de 2014.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Marcos Alexandre S. Pupo  
Contador  
CRC-1SP221749/O-6

# ISA Capital do Brasil

## Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2014 31 de dezembro 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	55.330	61.472	59.056	65.742
Aplicações financeiras	7	19.814	83.404	518.260	679.160
Contas a receber (ativo concessão)	8	-	-	768.014	749.388
Estoques		-	-	53.919	61.767
Empréstimos a receber	12 e 32	54.320	55.764	54.320	55.764
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	26.c e 32	11.342	75.611	-	-
Tributos e contribuições a compensar	10	320	14.984	63.858	87.749
Cauções e depósitos vinculados	13	-	3.262	-	3.262
Despesas pagas antecipadamente		-	-	17.130	544
Créditos com controladas		-	-	101	51
Outros		1	4	112.345	105.632
		<b>141.127</b>	<b>294.501</b>	<b>1.647.003</b>	<b>1.809.059</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber (ativo concessão)	8	-	-	3.097.125	3.218.954
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	9	-	-	676.658	643.027
Benefício fiscal – ágio incorporado	11	-	-	52.888	60.359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.b	32.507	32.507	237.814	251.775
Cauções e depósitos vinculados	13	-	-	69.646	76.282
Tributos e contribuições a compensar	10	30.089	10.392	30.089	10.392
Estoques		-	-	51.689	47.748
Outros		-	-	22.303	23.453
		<b>62.596</b>	<b>42.899</b>	<b>4.238.212</b>	<b>4.331.990</b>
Investimentos	14.b	2.081.936	2.060.743	1.180.442	1.075.009
Imobilizado	15	28	30	13.287	10.400
Intangível	16	-	-	162.858	157.651
		<b>2.081.964</b>	<b>2.060.773</b>	<b>1.356.587</b>	<b>1.243.060</b>
		<b>2.144.560</b>	<b>2.103.672</b>	<b>5.594.799</b>	<b>5.575.050</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.285.687</b>	<b>2.398.173</b>	<b>7.241.802</b>	<b>7.384.109</b>

# ISA Capital do Brasil

## Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2014 31 de dezembro 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		433	434	41.896	50.790
Empréstimos e financiamentos	17	1.051	2.719	194.209	195.530
Debêntures	18	-	-	190.557	184.884
Tributos e encargos sociais a recolher	19	279	7.432	19.161	27.562
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	20	-	-	14.161	13.915
Encargos regulatórios a recolher	22	-	-	49.160	38.666
Dividendos fixos cumulativos a pagar		-	25.000	-	25.000
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		-	-	22.770	128.481
Provisões	23	-	20	20.036	28.017
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	7.194	7.194	7.194	7.194
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	4.153	4.153	4.153	4.153
Valores a pagar – Fundação CESP	24	-	-	5.528	6.091
Outros		4	-	13.570	20.329
		<b>13.114</b>	<b>46.952</b>	<b>582.395</b>	<b>730.612</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	17	71.626	74.146	460.072	383.172
Debêntures	18	-	-	565.531	552.756
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	20	-	-	135.706	136.827
PIS e COFINS diferidos	21	-	-	95.866	117.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.b	-	-	32.005	34.547
Encargos regulatórios a recolher	22	-	-	26.041	36.020
Provisões	23	-	-	121.023	127.898
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	245.532	245.532	245.532	245.532
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	154.468	154.468	154.468	154.468
Obrigações especiais reversão / amortização	25	-	-	24.053	24.053
		<b>471.626</b>	<b>474.146</b>	<b>1.860.297</b>	<b>1.813.133</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	26.a	840.378	840.378	840.378	840.378
Reservas de capital	26.d	891.092	983.400	891.092	983.400
Ágio na transação de capital	26.e	(7.468)	(7.468)	(7.468)	(7.468)
Reservas de lucro	26.f	60.765	60.765	60.765	60.765
Lucros acumulados		16.180	-	16.180	-
		<b>1.800.947</b>	<b>1.877.075</b>	<b>1.800.947</b>	<b>1.877.075</b>
<b>Participação de acionistas não controladores</b>		-	-	<b>2.998.163</b>	<b>2.963.289</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.800.947</b>	<b>1.877.075</b>	<b>4.799.110</b>	<b>4.840.364</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.285.687</b>	<b>2.398.173</b>	<b>7.241.802</b>	<b>7.384.109</b>

## ISA Capital do Brasil

### Demonstrações do resultado

Trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
<b>Receita operacional líquida</b>	27	-	-	225.287	200.818
Custo dos serviços de construção, operação e manutenção	28	-	-	(104.636)	(142.978)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>120.651</b>	<b>57.840</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	28	(1.133)	(1.037)	(33.941)	(39.054)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	-	(17.126)	(7.530)	(10.067)
Resultado de equivalência patrimonial	14.c	32.537	27.034	15.163	20.760
		<b>31.404</b>	<b>8.871</b>	<b>(26.308)</b>	<b>(28.361)</b>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b>		<b>31.404</b>	<b>8.871</b>	<b>94.343</b>	<b>29.479</b>
Despesas financeiras	29	(11.229)	(13.217)	(45.241)	(67.864)
Receitas financeiras	29	9.719	11.326	53.590	105.003
		<b>(1.510)</b>	<b>(1.891)</b>	<b>8.349</b>	<b>37.139</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>29.894</b>	<b>6.980</b>	<b>102.692</b>	<b>66.618</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	31.a	-	-	(8.374)	(63.712)
Diferido	31.a	-	-	(11.419)	48.062
		-	-	<b>(19.793)</b>	<b>(15.650)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>29.894</b>	<b>6.980</b>	<b>82.899</b>	<b>50.968</b>
Atribuível aos:					
Acionistas não controladores		-	-	<b>53.005</b>	<b>43.988</b>
Acionistas controladores		<b>29.894</b>	<b>6.980</b>	<b>29.894</b>	<b>6.980</b>
Lucro básico e diluído por ação	26.g	0,0229	0,0049	-	-
Quantidade média de ações no período	26.g	1.304.737.321	1.434.469.504	-	-



## ISA Capital do Brasil

### Demonstrações do resultado abrangente

Trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>
Lucro líquido do período	29.894	6.980	82.899	50.968
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>29.894</b>	<b>6.980</b>	<b>82.899</b>	<b>50.968</b>
Acionistas controladores	-	-	29.894	6.980
Acionistas não controladores	-	-	53.005	43.988

## ISA Capital do Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital Social	Reserva de capital	Ágio na transação de capital	Reserva de lucro			Total do patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
				Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>840.378</b>	<b>1.199.400</b>	<b>(7.468)</b>	<b>5.881</b>	<b>125.493</b>	<b>-</b>	<b>2.163.684</b>	<b>3.066.397</b>	<b>5.230.081</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	6.980	6.980	43.988	50.968
Dividendos prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	302	302
Outros na controlada	-	-	-	-	-	-	-	183	183
<b>Saldos em 31 de março de 2013</b>	<b>840.378</b>	<b>1.199.400</b>	<b>(7.468)</b>	<b>5.881</b>	<b>125.493</b>	<b>6.980</b>	<b>2.170.664</b>	<b>3.110.870</b>	<b>5.281.534</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>840.378</b>	<b>983.400</b>	<b>(7.468)</b>	<b>5.881</b>	<b>54.884</b>	<b>-</b>	<b>1.877.075</b>	<b>2.963.289</b>	<b>4.840.364</b>
Lucro do período	-	-	-	-	-	29.894	29.894	53.005	82.899
Dividendos declarados pela Controlada na AGO-E de 31.03.2014	-	-	-	-	-	-	-	(18.658)	(18.658)
Dividendos prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	208	208
Juros sobre capital próprio prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	118	118
Dividendos fixos cumulativos pagos em fevereiro 2014 (nota 26.b)	-	-	-	-	-	(13.714)	(13.714)	-	(13.714)
Resgate ações preferenciais (nota 26.d)	-	(92.308)	-	-	-	-	(92.308)	-	(92.308)
Outros na controlada	-	-	-	-	-	-	-	201	203
<b>Saldos em 31 de março de 2014</b>	<b>840.378</b>	<b>891.092</b>	<b>(7.468)</b>	<b>5.881</b>	<b>54.884</b>	<b>16.180</b>	<b>1.800.947</b>	<b>2.998.163</b>	<b>4.799.110</b>

## ISA Capital do Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>Controlada</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do período	29.894	6.980	82.899	50.968
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização (nota 28)	2	2	2.020	1.822
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 31.b)	-	-	11.419	(48.062)
PIS e COFINS diferidos (nota 21)	-	-	(21.994)	4.021
Provisão para demandas judiciais (nota 23.a (v))	-	-	(6.875)	(3.505)
Custo residual de ativo permanente baixado (nota 15)	-	-	1	2
Receita de aplicação financeira não realizada	-	(4.083)	-	13.055
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14.c)	(32.537)	(27.034)	(15.163)	(20.760)
Amortização do direito de concessão (nota 30)	-	17.126	-	24.598
Benefício fiscal - Ágio incorporado (notas 11 e 30)	-	-	7.471	-
Amortização de ativo de concessão na aquisição da controlada Evrecy (nota 30)	-	-	623	-
Realização da perda em controlada em conjunto (nota 30)	-	-	(600)	(605)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	(1.736)	9.113	33.089	48.222
	<b>(4.377)</b>	<b>2.104</b>	<b>92.890</b>	<b>69.756</b>
<b>(Aumento) diminuição em ativos</b>				
Contas a receber (ativo de concessão)	-	-	103.803	1.749.590
Estoques	-	-	3.907	(16.518)
Recebimento de juros sobre capital próprio e dividendos	64.269	-	-	-
Valores a receber	-	378	(33.631)	(45.275)
Tributos e contribuições compensáveis	(5.033)	(1.444)	4.223	3.498
Cauções e depósitos vinculados	3.262	2.846	9.898	1.130
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(16.586)	(15.628)
Outros	3	-	(5.614)	(7.342)
	<b>62.501</b>	<b>1.780</b>	<b>66.000</b>	<b>1.669.455</b>
<b>Aumento (diminuição) em passivos</b>				
Fornecedores	(1)	57	(8.894)	(5.385)
Tributos e encargos sociais a recolher	(7.153)	(216)	(8.402)	(116.617)
Impostos parcelados – Lei nº 11.941	-	-	(3.520)	(3.312)
Encargos regulatórios a recolher	-	-	30	(2.715)
Provisões	-	-	(7.961)	(7.932)
Valores a pagar Lei 4.819 e fundação CESP	-	-	(563)	(105)
Outros	4	-	(6.755)	(5.501)
	<b>(7.150)</b>	<b>(159)</b>	<b>(36.065)</b>	<b>(141.567)</b>
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>				
	<b>50.974</b>	<b>3.725</b>	<b>122.825</b>	<b>1.597.644</b>

## ISA Capital do Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa - continuação  
 Trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>Controlada</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Resgates (aplicações) financeiras líquidas (nota 7)	63.590	90.339	160.900	(1.302.648)
Imobilizado (nota 15)	-	-	(3.513)	(2.071)
Intangível (nota 16)	-	-	(7.225)	(1.308)
Investimento (nota 14.1 (b))	-	-	(90.270)	(2.550)
	<b>63.590</b>	<b>90.339</b>	<b>59.892</b>	<b>(1.308.577)</b>
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Adições de empréstimos (nota 17)	-	-	124.468	200.000
Pagamentos de empréstimos (inclui juros) (nota 17 e 18)	(3.398)	(2.827)	(61.345)	(693.731)
Resgates de ações preferenciais	(92.308)	-	(92.308)	-
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(386)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(25.000)	(21.334)	(160.218)	(21.340)
	<b>(120.706)</b>	<b>(24.161)</b>	<b>(189.403)</b>	<b>(515.457)</b>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>				
<b>Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.142)</b>	<b>69.903</b>	<b>(6.686)</b>	<b>(226.390)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	55.330	197.227	59.056	210.537
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	61.472	127.324	65.742	436.927
<b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(6.142)</b>	<b>69.903</b>	<b>(6.686)</b>	<b>(226.390)</b>

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 1. Contexto Operacional

#### 1.1. Objeto Social

A ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital” ou “Companhia”) é uma companhia holding nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 28 de abril de 2006 e transformada em sociedade anônima em 19 de setembro de 2006. Posteriormente, em 4 de janeiro de 2007, obteve junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários o registro de companhia aberta e permaneceu nessa condição até 27 de maio de 2010, quando cancelou o registro por decisão dos acionistas da Companhia.

O objeto social da ISA Capital compreende a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia ou acionista, parceria em “joint ventures”, associação em consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006 na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006, o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”), alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”).

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital, Companhia brasileira Controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa nº 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

Em 12 de setembro de 2006, a Companhia adquiriu mais 10.021.687 ações ordinárias de emissão da CTEEP, detidas pelo Estado de São Paulo, passando a deter 31.351.911.751 ações ordinárias.

Em 09 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu, por meio de leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA realizada na BOVESPA, nos termos do edital publicado em 04 de dezembro de 2006, 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, correspondentes a 39,28% do total dessa espécie de ações.

Após a conclusão do processo de aquisição, a Companhia passou a deter a quantidade de 55.924.465.821 ações ordinárias equivalente a 89,40% do capital votante e 37,46% do capital total da CTEEP. Em 12 de julho de 2007, a CTEEP promoveu um grupamento de ações e a Companhia ficou com 55.924.465 ações ordinárias.

Posteriormente, a Companhia integralizou ao capital da CTEEP o equivalente a 1.727.517 ações ordinárias, sendo 574.927 ações em 24 de agosto de 2009, 594.477 ações em 23 de abril de 2010 e 558.113 ações em 21 de dezembro de 2011. Essas capitalizações são decorrentes do benefício fiscal auferido pela CTEEP com a amortização parcial da reserva especial de ágio nos exercícios sociais de 2008, 2009 e 2010. Por meio de leilão de sobras de aumento efetuado em 2011 pela controlada CTEEP, a ISA Capital adquiriu o equivalente a 63.146 ações ordinárias. Em 29 de junho de 2012 e 05 de julho de 2012, a ISA Capital alienou 920 ações. Dessa forma, em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui 57.714.208 ações ordinárias (57.714.208 ações ordinárias em 31.12.2013), equivalentes a 37,81% do capital total e 89,50% do capital votante da CTEEP.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

Em 9 e 19 de março de 2010, visando implementar a reestruturação de sua dívida em moeda estrangeira (Bônus), a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais, ao preço de R\$2,020731 por ação, que foram totalmente subscritas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo (“HSBC”), conforme segue: (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 8 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 dividido em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma Assembleia foram aprovadas a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e

(ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia.

Adicionalmente, em 9 de março de 2010, como parte integrante da operação, foi firmado Acordo de Acionistas entre a ISA e o HSBC, com interveniência da ISA Capital, de forma a estabelecer direitos e obrigações a serem observados entre as partes, inclusive pela Companhia.

Posteriormente, em 14 de maio de 2010, o acionista HSBC, até então detentor das 593.844.504 ações preferenciais emitidas pela Companhia, alienou 50% ao Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”) que na mesma data aderiu ao referido Acordo de Acionistas.

A partir de 2013, conforme previsto no cronograma de resgate das ações preferenciais resgatáveis, constante no Estatuto Social, a ISA Capital passou a resgatar as referidas ações. As classes A, B, C e D, foram resgatadas, respectivamente, em 12 de abril, 04 de julho, 04 de outubro de 2013 e 06 de janeiro de 2014. Assim, após os referidos resgates, remanesceram 441.272.148 ações preferenciais de posse dos acionistas HSBC e Votorantim na proporção de 50% para cada um.

Em 25 de fevereiro de 2014, foi firmado entre os acionistas o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas ocasião em que a ISA Capital realizou Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre (i) a conversão das classes de ações preferenciais resgatáveis então existentes em novas classes, e (ii) alteração dos artigos 5º e 6º do Estatuto Social, bem como sua consolidação. Vide maiores detalhes na nota 26 (a).

Em 28 de fevereiro de 2014, o acionista preferencialista HSBC transferiu a totalidade de suas ações preferenciais para o HSBC BANK BRASIL S.A. – Banco Múltiplo (“HSBC BANK”).

Em 5 de março de 2014, o acionista preferencialista Votorantim, alienou a totalidade de suas ações preferenciais para a BV FINANCEIRA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“BV FINANCEIRA”).

As ações da Controlada CTEEP são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Adicionalmente, a Controlada CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1.2. Concessões

A Controlada CTEEP possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001		30	31.12.42	5 anos	2018	Não	IPCA	524.952	06/13
CTEEP	143/2001		30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	17.104	06/13
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5 anos	2017	Sim	IPCA	14.636	06/13
Pinheiros	012/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	9.003	06/13
Pinheiros	015/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	17.874	06/13
Pinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.543	06/13
Pinheiros	021/2011	100	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.886	06/13
Serra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	29.340	06/13
Evrecy	020/2008	100	30	17.07.25	4 anos	2017	Não	IGPM	8.821	06/13
IENNE	001/2008	25	30	16.03.38	5 anos	2018	Não	IPCA	33.654	06/13
IESul	013/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	4.210	06/13
IESul	016/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	7.015	06/13
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	233.173	06/13
IEMadeira (*)	015/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	200.812	06/13
IEGaranhuns (*)	022/2011	51	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	76.521	06/13

(\*) As controladas IEMadeira (lote F) e IEGaranhuns estão em fase pré-operacional.

Todos os contratos de concessão acima prevêem o direito de reversão sobre os ativos vinculados à concessão no término de sua vigência. Para os contratos com revisão tarifária periódica é previsto o direito a remuneração dos investimentos em ampliação, reforços e melhorias.

#### Lei nº 12.783/2013

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes a publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela reversão dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, publicou a:

- (i) Portaria Interministerial nº 580, na qual foram definidos os valores da reversão para as instalações energizadas a partir de 01 de junho de 2000 (NI), referenciados a preços de outubro de 2012 para as concessões de transmissão de energia elétrica, sendo o valor de R\$2.891.291 referente ao contrato de concessão nº 059/2001 (único contrato alcançado pela referida MP), conforme Anexo II da referida Portaria.
- (ii) Portaria Interministerial nº 579, na qual ficou definido o valor das RAP a partir de 01 de janeiro de 2013, na base do mês de outubro de 2012, no montante de R\$515.621 (líquido de PIS e COFINS) referente ao contrato de concessão nº 059/2001, conforme Anexo da referida Portaria.

Em 29 de novembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 591 (MP 591) que alterou a MP 579 de maneira a autorizar o Poder Concedente a pagar o valor relativo aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 (SE), no prazo de trinta anos. A Controlada CTEEP aguarda manifestação do Poder Concedente quanto à determinação do valor e forma de pagamento. A Controlada CTEEP, em atendimento à Nota Técnica nº 402/2013 da ANEEL, protocolou, em 20 de dezembro de 2013, o cronograma de atividades, com previsão de entrega em 2014 do laudo final, por assessor homologado. O referido laudo será revisado pela ANEEL, sendo base para definição dos valores a serem pagos pelos ativos do SE.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 03 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Controlada CTEEP, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001.

Em 04 de dezembro de 2012, foi assinado aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$2.891.291, referente ao NI, conforme Portaria Interministerial nº 580 da seguinte forma:

- 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizado pelo IPCA. Em 18 de janeiro de 2013, a Controlada CTEEP recebeu o montante R\$1.477.987.
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação dessa Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 11 de janeiro de 2013, as MP's 579 e 591 foram convertidas em Lei nº 12.783/2013.

Em 04 de abril de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 612 que reduziu a zero a alíquota da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as reversões a que se refere a Lei no 12.783/2013.

### **Participação em consórcio**

#### **(i) Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN**

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído pela Controlada CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230



## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido. Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Controlada CTEEP no empreendimento é de 51%. A Controlada CTEEP manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, que foi aceita pelos demais acionistas e a efetivação da retirada ocorrerá após a anuência da ANEEL.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo nas demonstrações financeiras separadas.

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2013. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da Controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas informações trimestrais consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2013. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras. Para o exercício de 2014, a Controlada Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros) optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social e não mais como Lucro Real,

### 2.4. Procedimentos de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Controlada CTEEP e de suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas são consolidadas integralmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que deixa de existir. Vide mais detalhes sobre as controladas na nota 14.1 (a).

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		31.03.2014	31.12.2013
<b>Diretas</b>			
CTEEP	31.03.2014	37,81	37,81
<b>Indiretas</b>			
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31.03.2014	37,81	37,81
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31.03.2014	37,81	37,81
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31.03.2014	37,81	37,81
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	31.03.2014	37,81	37,81

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações trimestrais consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da Controladora.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

Com a adoção dos CPCs 19 (R2) e 36 (R3), que tiveram aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2013, os investimentos em controladas com controle em conjunto deixaram de ser consolidadas proporcionalmente pela Controlada CTEEP e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as participações indiretas nas controladas em conjunto se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		31.03.2014	31.12.2013
<b>Controladas em conjunto</b>			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	31.03.2014	9,45	9,45
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	31.03.2014	18,91	18,91
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	31.03.2014	19,28	19,28
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	31.03.2014	19,28	19,28

### 3. Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas Informações Contábeis Intermediárias, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do exercício de 2013.

### 4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2014.

Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2013.

### 5. Obrigações Assumidas na Aquisição da Controlada CTEEP

De acordo com o contrato de compra e venda de ações, objeto do leilão de privatização descrito na nota 1, a Companhia compromete-se a complementar o pagamento do preço de compra das ações da Controlada CTEEP, caso esta ficar desonerada dos ônus relacionados aos complementos dos pagamentos ao plano de aposentadoria previsto na Lei nº 4.819/58, atualmente em discussão judicial.

Em 31 de março de 2014, o valor do complemento do preço de compra é composto por duas transações distintas, conforme segue:

- O montante de R\$252.726 (31.12.2013 - R\$252.726), apurado na aquisição da primeira participação acionária através do leilão de privatização, realizado em 28 de junho de 2006, registrado na conta "Valores a pagar Lei nº 4.819/58 - Secretaria da Fazenda", sendo R\$7.194 (31.12.2013 - R\$7.194) no passivo

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

circulante e R\$245.532 (31.12.2013 - R\$245.532) no passivo não circulante, teve como contrapartida à época o valor de R\$188.895 na conta “Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada”, sendo a diferença de R\$63.831, reconhecida no resultado, a título de atualização monetária da obrigação, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, a partir de 31 de dezembro de 2005.

O montante de R\$158.621 (31.12.2013 - R\$158.621), apurado na aquisição da terceira participação acionária através do leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA, realizado em 9 de Janeiro de 2007, registrado na conta “Valores a pagar Lei nº 4.819/59 - OPA”, sendo R\$4.153 (31.12.2013 - R\$4.153) no passivo circulante e R\$154.468 (31.12.2013 - R\$154.468) no passivo não circulante, teve como contrapartida à época o valor de R\$120.306 na conta “Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada”, sendo a diferença de R\$38.315 reconhecida no resultado a título de atualização monetária da obrigação de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A a partir de 31 de dezembro de 2005.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Caixa e bancos	271	162	1.440	1.156
Equivalentes de caixa	55.059	61.310	57.616	64.586
	<b>55.330</b>	<b>61.472</b>	<b>59.056</b>	<b>65.742</b>

(i) A composição dos equivalentes e caixa é como segue:

	<b>% do CDI</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
CDB	95,0% a 106,0%	-	-	2.557	2.645
Compromissada (*)	95,0% a 104,0%	55.059	61.310	55.059	61.941
		<b>55.059</b>	<b>61.310</b>	<b>57.616</b>	<b>64.586</b>

As aplicações financeiras em CDB e Compromissas estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 33 (c).

(\*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 7. Aplicações Financeiras

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
CDB	90,0% a 106,0%	19.814	83.404	19.814	83.404
<b>Fundos de Investimentos</b>					
LFT		-	-	99.724	111.918
LTN / NTN (Over)		-	-	222.343	287.172
Letra Financeira	102,0% a 103,0%	-	-	123.042	145.661
CDB		-	-	19.590	22.832
Debêntures		-	-	26.150	19.011
Demais títulos privados		-	-	7.597	9.162
		-	-	498.446	595.756
		19.814	83.404	518.260	679.160

A Controlada CTEEP e suas controladas concentraram as suas aplicações financeiras em fundos de investimentos, que referem-se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos.

Os fundos de investimentos são:

Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controlada CTEEP e suas controladas, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Rubi, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: aplicações em depósitos à vista, títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Rubi, conforme estipulado no regulamento do Fundo Bandeirantes.

Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controlada CTEEP e suas controladas, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Corp Referenciado DI, o qual, por sua vez, possui carteira composta pelos seguintes ativos: títulos públicos federais e operações compromissadas em títulos públicos federais. Possui liquidez diária, independentemente dos ativos que constituem o Fundo Corp, conforme estipulado no regulamento do Fundo Xavantes.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 8. Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas da seguinte forma:

	<b>31.03.2014</b>	<b>Consolidado 31.12.2013</b>
<b>O&amp;M</b>		
Contas a receber serviços de O&M (a)	102.057	86.541
	<b>102.057</b>	<b>86.541</b>
<b>Ativo financeiro</b>		
Contas a receber serviços de construção (b)	1.438.510	1.415.379
Contas a receber por reversão (c)	74.226	73.698
	<b>1.512.736</b>	<b>1.489.077</b>
<b>Ativo reversível - Lei nº 12.783</b>		
Contas a receber Lei nº 12.783 (SE/NI) (d)	3.785.665	3.928.043
Provisão para redução ao valor de custo (d)	(1.535.319)	(1.535.319)
	<b>2.250.346</b>	<b>2.392.724</b>
	<b>3.865.139</b>	<b>3.968.342</b>
Circulante	<b>768.014</b>	<b>749.388</b>
Não circulante	<b>3.097.125</b>	<b>3.218.954</b>

- (a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.
- (b) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.
- (c) Contas a receber por reversão – refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Controlada CTEEP e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.
- (d) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:

A reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$2.949.121, sendo R\$2.891.291 referente ao VNR apurado e R\$57.830 referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes estão sendo recebidos em 31 parcelas mensais até 07 de julho de 2015 (nota 1.2).

A reversão das instalações referente ao SE, ainda não divulgada pelo Poder Concedente, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo Valor Novo de Reposição (VNR) ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que com base em laudo de avaliação independente, datado de 14 de novembro de 2012, totaliza R\$3.026.305. Um novo laudo, conforme mencionado na nota 3.7 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2013 está sendo realizado, a Controlada CTEEP entende ter direito ao recebimento do valor apurado pelo VNR, entretanto, constituiu provisão para redução ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

orientação da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do valor de custo, sendo que é aguardado o resultado do novo laudo que será entregue em 2014.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
A vencer	3.835.683	3.938.946
Vencidos		
até 30 dias	66	127
de 31 a 60 dias	77	30
de 61 a 360 dias	341	1.616
há mais de 361 dias (i)	28.972	27.623
	<b>29.456</b>	<b>29.396</b>
	<b>3.865.139</b>	<b>3.968.342</b>

(i) Alguns agentes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, estes valores foram depositados judicialmente por estes agentes. A Controlada CTEEP acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Controlada CTEEP não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Controlada CTEEP e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do contas a receber é como segue:

	<b>Consolidado</b>
	<b>3.968.342</b>
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	
Receita de construção (nota 27.1)	40.714
Receita financeira (nota 27.1)	38.159
Receita de operação e manutenção (nota 27.1)	168.114
Atualização do contas a receber reversão IPCA/WACC	30.204
Recebimento contas a receber de reversão NI	(172.582)
Recebimentos	(207.812)
<b>Saldos em 31.03.2014</b>	<b>3.865.139</b>

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 9. Valores a receber – Secretaria da Fazenda

	Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013
Processamento da folha de pagto. - Lei 4.819/58 (a)	966.241	933.501
Processos trabalhistas - Lei 4.819/58 (b)	226.672	225.781
Provisão para perdas sobre realização de créditos (c)	(516.255)	(516.255)
Salário-família - Lei 4.819/58 (d)	2.218	2.218
Provisão para perdas sobre realização de créditos – Salário-família (d)	(2.218)	(2.218)
	<b>676.658</b>	<b>643.027</b>

- (a) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a março de 2014 (nota 36). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que ocorra uma decisão definitiva nos processos. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão da ação da 49ª Vara do Trabalho na qual a Controlada CTEEP, na condição de parte citada, repassa os recursos mensalmente à Fundação CESP para processamento do pagamento aos aposentados.
- (b) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Controlada CTEEP, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam definidos todos os critérios com a SEFAZ-SP.
- (c) Em função dos fatos ocorridos na Controlada CTEEP durante 2013, principalmente: (i) alteração na expectativa de tempo de realização de parte dos ativos, por conta da extinção sem julgamento de mérito da ação de cobrança dos valores devidos pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como os demais movimentos processuais ocorridos, conforme descrito na nota 36; (ii) o reconhecimento da Justiça Comum como sendo a instância competente para discutir o tema em questão, com base no precedente do Supremo Tribunal Federal em julgamento de recurso relativo a discussões jurídicas de outras partes e não relacionadas a esta ação, descrito na nota 36, e (iii) o andamento jurídico dos demais processos relativos à Lei 4.819/58, como, por exemplo, o reconhecimento da efetivação de repasses à Controlada CTEEP, por parte da SEFAZ-SP, de alguns valores que vinham sendo glosados até abril de 2013, conforme descrito na nota 36; a Administração da Controlada CTEEP revisou os montantes a receber referentes a Lei 4.819/58 e registrou provisão para perdas sobre a realização de créditos para parte dos valores a receber, correspondente às parcelas não reconhecidas como de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP descritas no item (iii).
- (d) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Controlada CTEEP quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para perdas, no montante de R\$2.218.



## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 10. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Imposto de renda a recuperar	-	19.477	34.538	60.036
Contribuição social a recuperar	-	4.350	16.507	20.948
Imposto de renda retido na fonte	30.286	1.428	40.482	15.260
Contribuição social retido na fonte	123	121	534	524
COFINS	-	-	1.394	1.013
PIS	-	-	256	174
Outros	-	-	236	186
	<b>30.409</b>	<b>25.376</b>	<b>93.947</b>	<b>98.141</b>
<b>Circulante</b>	<b>320</b>	<b>14.984</b>	<b>63.858</b>	<b>87.749</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>30.089</b>	<b>10.392</b>	<b>30.089</b>	<b>10.392</b>

### 11. Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora – consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração dos contratos de concessão nº 059/2001 e 143/2001 e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que na Controlada CTEEP a amortização do ágio afetasse de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$689.435, será amortizado substancialmente até julho de 2015, em parcelas mensais, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Ano	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		Total
	059/2001	143/2001	
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Controlada CTEEP nas informações trimestrais consolidadas, o valor líquido de R\$52.888 (R\$60.359 em 31 de dezembro de 2013), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

A movimentação no trimestre findo em 31 de março de 2014 é a seguinte:

	<u>Ágio</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>177.531</b>	<b>(117.172)</b>	<b>60.359</b>
Realização no período (nota 30)	(21.976)	14.505	(7.471)
<b>Saldos em 31.03.2014</b>	<b>155.555</b>	<b>(102.667)</b>	<b>52.888</b>

## 12. Empréstimos a receber

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Moeda estrangeira	Encargos	Vencimento final	<u>Controladora</u>	
			<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Interconexión Eléctrica S.A ESP ("ISA") (a)	LIBOR + 3% a.a	28.12.2014	54.320	55.764
Total em moeda estrangeira			<u>54.320</u>	<u>55.764</u>
Circulante			<u>54.320</u>	<u>55.764</u>
Não circulante			<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se a empréstimo concedido pela ISA CAPITAL à sua Controladora Interconexión Eléctrica S.A. ESP ("ISA"). Trata-se de um repasse integral do empréstimo obtido pela Companhia em dezembro de 2006 denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$23.800 mil, cujo vencimento e amortização em parcela única ocorreu em 19 de julho de 2007 e com juros calculados com base na taxa LIBOR, acrescida de 3,00% ao ano. A Companhia manteve as mesmas premissas de incidência e cálculo dos juros, inclusive o recebimento semestral, no entanto o vencimento da amortização do principal foi acordado para um período de 8 anos em parcela única a vencer em 28 de dezembro de 2014.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	<b>Controladora</b>
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>55.764</b>
Juros e variações monetárias e cambiais	(1.444)
<b>Saldos em 31.03.2014</b>	<b>54.320</b>

### 13. Cauções e depósitos vinculados

#### Controladora

Refere-se a depósito no Bank of New York como garantia dos juros pagos semestralmente relativos aos bônus remanescente após a reestruturação da dívida. A importância a ser mantida na conta é da ordem de US\$1,4 milhão e conforme previsto em contrato, a Companhia tem utilizado os recursos dessa conta para efetuar os pagamentos dos juros, que ocorrem nos meses de janeiro e julho, e posteriormente a cada pagamento procede-se a recomposição do saldo da conta. O saldo de R\$3.262 registrados no ativo circulante, em 31 de dezembro de 2013, foi utilizado para o pagamento dos juros do mês de janeiro de 2014.

Dentro do prazo legal estipulado em contrato, o saldo da conta foi recomposto com um depósito no valor de R\$ 3.121, em 24 de abril de 2014.

#### Consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Controlada CTEEP tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Autuações – ANEEL	-	-	9.545	9.545
Depósitos judiciais				
Trabalhistas	-	-	58.875	65.511
Previdenciárias - INSS	-	-	1.226	1.226
Depósito BANK of NEW YORK (Caução)	-	3.262	-	3.262
	-	<b>3.262</b>	<b>69.646</b>	<b>79.544</b>
<b>Circulante</b>	-	<b>3.262</b>	-	<b>3.262</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	<b>69.646</b>	<b>76.282</b>

Não houve alteração na natureza dos depósitos judiciais em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 14. Investimentos

#### (a) Informações da Controlada CTEEP

	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Número de ações (quantidade) em circulação na data do Balanço		
Ordinárias - ON	64.484.433	64.484.433
Preferenciais - PN	88.177.132	88.177.132
<b>Total</b>	<b>152.661.565</b>	<b>152.661.565</b>
Patrimônio líquido		
Capital social	2.000.000	2.000.000
Reservas de capital	1.217.661	1.217.661
Reserva especial de ágio	147.912	147.912
Reservas de lucro	1.516.874	1.516.874
Proposta de dividendos adicionais	-	30.000
Lucros acumulados	86.065	-
<b>Total</b>	<b>4.968.512</b>	<b>4.912.447</b>
<b>Lucro líquido do período (trimestre)</b>	<b>85.542</b>	<b>71.022</b>

#### (b) Informações do Investimento da Companhia

	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Ações possuídas - ON (quantidades) em circulação na data do Balanço	57.714.208	57.714.208
Patrimônio Líquido da CTEEP	4.968.512	4.912.447
(-) Reserva Especial de ágio	(147.912)	(147.912)
Patrimônio líquido da CTEEP (base Equivalência Patrimonial)	4.820.600	4.764.535
Percentual de participação sobre capital social da CTEEP	37,8053%	37,8053%
<b>Investimento</b>	<b>1.822.442</b>	<b>1.801.249</b>
Ágio a amortizar (Direito de concessão)	-	-
Ágio - Reserva especial	147.912	147.912
Ajuste Equivalência Patrimonial – Lei 4.819/58 (a)	111.582	111.582
<b>Total do investimento</b>	<b>2.081.936</b>	<b>2.060.743</b>

- (a) Durante o exercício de 2013, a Controlada CTEEP registrou provisão para perdas sobre a realização de créditos para parte dos valores a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, relacionados ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58. Para o cálculo da equivalência patrimonial sobre o investimento nesta controlada, a Companhia efetuou um ajuste, no montante de R\$111.582, para desconsiderar o efeito da provisão anteriormente mencionada, com o objetivo de alinhar o momento do reconhecimento das obrigações associadas à Lei 4819/58, uma vez que a Companhia já possui um passivo registrado de mesma natureza.

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

(c) **Movimentação dos investimentos**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.060.743</b>
Resultado de equivalência patrimonial	32.537
Dividendos intermediários a receber no trimestre	(11.342)
Outros	(2)
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	<b>2.081.936</b>

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**14.1. Investimento Controlada CTEEP**

**(a) Informações da Controlada da CTEEP**

	INVESTIMENTOS DA CONTROLADA CTEEP																
	IEMG		Pinheiros		Serra do Japi		Evrecy		IENNE		IESul		IEMadeira		IEGaranhuns		
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013	
<b>Data base</b>																	
Números de ações ordinárias possuídas	83.055.292	81.855.292	269.360.000	269.360.000	86.748.000	86.748.000	21.512.367	21.512.367	81.821.000	81.821.000	88.228.499	88.228.499	671.160.000	632.910.000	151.469.750	99.450.000	
Participação no capital integralizado - %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	25,0	25,0	50,0	50,0	51,0	51,0	51,0	51,0	
Capital integralizado	83.055	81.855	269.360	269.360	86.748	86.748	21.512	21.512	327.084	327.284	176.457	176.457	1.316.000	1.241.000	297.000	195.000	
Patrimônio líquido	108.013	106.871	322.647	311.607	141.850	140.160	37.846	36.915	341.422	343.773	187.648	187.456	1.651.612	1.552.752	311.649	202.813	
Lucro líquido	(58)	3.452	11.040	18.893	1.690	30.610	931	5.022	(2.351)	(41.521)	192	2.811	23.860	135.537	6.836	7.271	

**(b) Movimento dos Investimentos da Controlada da CTEEP**

	Consolidado				Total
	IENNE	IESul	IEMadeira	IEGaranhuns	
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>85.943</b>	<b>93.728</b>	<b>791.903</b>	<b>103.435</b>	<b>1.075.009</b>
Integralização de capital em controladas indiretas	-	-	38.250	52.020	90.270
Equivalência patrimonial	(587)	96	12.169	3.485	15.163
<b>Saldos em 31.03.2014</b>	<b>85.356</b>	<b>93.824</b>	<b>842.322</b>	<b>158.940</b>	<b>1.180.442</b>

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 15. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e sua Controlada CTEEP e não vinculados ao contrato de concessão.

					<b>Controladora</b>	
			<b>31.03.2014</b>		<b>31.12.2013</b>	
<b>Taxas médias anuais de depreciação</b>						
<b>%</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>		<b>Líquido</b>	
<b>Em serviço</b>						
Maquinas e equipamentos	6%	33	(17)	16	17	
Móveis e utensílios	6%	31	(19)	12	13	
		<b>64</b>	<b>(36)</b>	<b>28</b>	<b>30</b>	

					<b>Consolidado</b>	
			<b>31.03.2014</b>		<b>31.12.2013</b>	
<b>Taxas médias anuais de depreciação</b>						
<b>%</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>		<b>Líquido</b>	
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	0%	2.060	-	2.060	2.060	
Maquinas e equipamentos	6,25%	2.895	(1.695)	1.200	1.075	
Móveis e utensílios	6%	6.782	(4.744)	2.038	2.111	
Equipamentos de informática	24,8% (*)	10.187	(3.569)	6.618	4.125	
Veículos	21,0%	798	(636)	162	194	
Outros	4,0%	2.141	(932)	1.209	835	
		<b>24.863</b>	<b>(11.576)</b>	<b>13.287</b>	<b>10.400</b>	

(\*) Inclui leasing de equipamento de informática com taxa de 33,3%.

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

				<b>Controladora</b>	
		<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldos em 31.03.2014</b>	
Maquinas e equipamentos		17	(1)	16	
Móveis e utensílios		13	(1)	12	
		<b>30</b>	<b>(2)</b>	<b>28</b>	

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação (nota 28)</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldos em 31.03.2014</b>
Terrenos	2.060	-	-	-	2.060
Maquinas e equipamentos	1.075	158	(32)	-	1.201
Móveis e utensílios	2.111	-	(73)	(1)	2.037
Equipamento de informática	4.125	2.980	(487)	-	6.618
Veículos	194	-	(32)	-	162
Outros	835	375	(1)	-	1.209
	<b>10.400</b>	<b>3.513</b>	<b>(625)</b>	<b>(1)</b>	<b>13.287</b>

### 16. Intangível

Refere-se, substancialmente;

- Aos gastos incorridos pela Controlada CTEEP no período de abril de 2008 a fevereiro de 2009 na execução do projeto de implantação/estruturação do ERP-SAP cuja amortização vem sendo feita linearmente pelo prazo de 5 anos e;
- Ao ágio no montante de R\$28.223, gerado na aquisição da empresa Evrecy pela controlada CTEEP.
- Valor resultante do ajuste efetuado no cálculo de equivalência patrimonial sobre o investimento na controlada CTEEP, conforme mencionado na nota 14, item b).

A movimentação do intangível, é como segue:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Ágio</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>111.584</b>	<b>46.067</b>	<b>157.651</b>
Adições	-	7.225	7.225
Amortização de gastos com software (nota 28)	-	(2.018)	(2.018)
<b>Saldo em 31.03.2014</b>	<b>111.584</b>	<b>51.274</b>	<b>162.858</b>



## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 17. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

	<b>Controladora</b>			
	<b>Encargos</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>Moeda Estrangeira</b>				
Bônus (a)	8,80%	30.01.2017	72.677	76.865
<b>Circulante</b>			<b>1.051</b>	<b>2.719</b>
<b>Não circulante</b>			<b>71.626</b>	<b>74.146</b>
<b>Consolidado</b>				
	<b>Encargos</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
<b>Moeda Estrangeira</b>				
Bônus (a)	8,80%	30.01.2017	72.677	76.865
<b>Total Moeda Estrangeira</b>			<b>72.677</b>	<b>76.865</b>
<b>Moeda nacional</b>				
BNDES (b) (i)	TJLP + 1,8% a.a.	15.03.2029	69.607	-
BNDES (b) (i)	3,5% a.a.	15.01.2024	54.109	-
BNDES (b) (ii)	TJLP + 1,8% a.a.	15.06.2015	117.853	84.488
BNDES (b) (iii)	TJLP + 2,3% a.a.	15.06.2015	70.434	141.217
BNDES (b) (iv)	TJLP + 2,1% a.a.	15.02.2028	7.347	7.303
BNDES (b) (iv)	3,5% a.a.	15.04.2023	16.451	16.502
BNDES (b) (v)	TJLP + 2,6% a.a.	15.05.2026	43.275	44.210
BNDES (b) (v)	5,5% a.a.	15.01.2021	68.577	71.128
BNDES (b) (vi)	TJLP + 1,9% a.a.	15.05.2026	45.197	46.083
BNDES (b) (vi)	TJLP + 1,5% a.a.	15.05.2026	39.071	39.829
BNDES (b) (vii)	TJLP + 2,4% a.a.	15.04.2023	46.152	47.432
BNDES / Finame PSI	4,0% a.a.	15.08.2018	339	-
Eletrobras	8,0% a.a.	15.11.2021	277	290
Arrendamentos mercantis financeiros			2.915	3.355
<b>Total Moeda Nacional</b>			<b>581.604</b>	<b>501.837</b>
<b>Total Moeda Nacional e Estrangeira</b>			<b>654.281</b>	<b>578.702</b>
<b>Circulante</b>			<b>194.209</b>	<b>195.530</b>
<b>Não circulante</b>			<b>460.072</b>	<b>383.172</b>

#### (a) Emissão de bônus realizada em 29 de janeiro no valor de US\$ 554 milhões

Para os bônus em circulação no mercado foram mantidas as mesmas condições pactuadas quando da emissão porém sem qualquer tipo de *covenants*. O prazo de vencimento do principal permanece em janeiro de 2017 e os juros continuam sendo pagos semestralmente, ocorrendo em janeiro e julho de cada ano, com taxa de 8,8% ao ano. Durante o ano de 2013, foram pagos pela ISA Capital aos detentores desses bônus juros no total de R\$5.772.

Não houve alteração na natureza dos empréstimos em relação à 31 de dezembro de 2013.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### (b) BNDES

- (i) Em 23 de dezembro de 2013, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$391,3 milhões, sendo R\$284,2 milhões ao custo de TJLP + 1,80% a.a, R\$1,9 milhões ao custo de TJLP, e R\$105,2 milhões ao custo de 3,50% a.a. O crédito é destinado à implantação do Plano de Investimentos Plurianual, relativo ao período 2012-2014, compreendendo obras referentes à modernização do sistema de transmissão de energia elétrica, melhorias sistêmicas, reforços e implantação de novos projetos, bem como à implantação de investimentos sociais no âmbito da comunidade. A primeira liberação ocorreu em 29 de janeiro de 2014, no montante de R\$124,1 milhões.

Os juros serão cobrados trimestralmente (março, junho, setembro e dezembro) e mensalmente a partir de abril de 2015. O principal da dívida decorrente deste contrato deverá ser pago a partir de abril de 2015 através de prestações mensais, iguais e sucessivas em até 168 parcelas. Como garantia, a Controlada CTEEP ofereceu fiança bancária contratada com vigência mínima de 2 anos com os bancos Bradesco e Safra, ao custo de 0,94% a.a. e 0,80% a.a. respectivamente, com vencimentos trimestrais.

- (ii) Em 18 de novembro de 2008, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a Controlada CTEEP ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 com os bancos Bradesco e Santander, ao custo de 1,2% a.a e 0,6% a.a respectivamente, com vencimentos trimestrais.

- (iii) Em 17 de setembro de 2007, a Controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a Controlada CTEEP ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, com os bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais.

Os contratos relacionados aos itens (i), (ii) e (iii), apresentam os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração anual: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado = 3,5 e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL = 0,6.

Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Controlada CTEEP deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. Inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants).

- (iv) Em 13 de agosto de 2013, a Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$23,5 milhões. Foram liberados R\$21,6 e R\$1,9 milhões em 12 de setembro e 11 de dezembro de 2013, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão nº 021/2011, com amortização em até 168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014. A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (v) Em 30 de dezembro de 2010, a Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão, com amortização em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. A Pinheiros deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (vi) Em 28 de outubro de 2011, a Serra do Japi assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0, R\$15,0 e R\$3,3 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão, com amortização em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. A Serra do Japi deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.
- (vii) Em 14 de janeiro de 2009, a IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011. A IEMG deverá manter, durante todo o período de amortização, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão distribuídos como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
2015	-	-	66.598	102.527
2016	-	-	37.689	26.542
2017	71.626	74.146	109.315	100.688
2018	-	-	37.658	26.536
2019	-	-	37.587	26.517
2020 a 2024			135.180	74.891
2025 a 2029			36.045	25.471
	<b>71.626</b>	<b>74.146</b>	<b>460.072</b>	<b>383.172</b>

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>76.865</b>	<b>578.702</b>
Adições	-	124.468
Pagamentos (principal e juros)	(3.398)	(57.744)
Juros e variações monetárias e cambiais	(790)	8.855
<b>Saldos em 31.03.2014</b>	<b>72.677</b>	<b>654.281</b>

A Controlada CTEEP participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Participação na controlada</u>	<u>Banco</u>	<u>Modalidade dívida</u>	<u>Saldo devedor em 31.03.2014</u>	<u>Modalidade garantias</u>	<u>Saldo garantido pela CTEEP</u>	<u>Término da garantia</u>
IEMG (b viii)	100%	BNDES	FINEM	46.152	Não há Fiança	46.152	15.03.2023
Serra do Japi (b vi)	100%	BNDES	FINEM	84.268	bancária Fiança	84.268	15.08.2026
Pinheiros (b v)	100%	BNDES	FINEM e PSI	111.852	bancária Fiança	111.852	13.02.2015
Pinheiros (b iv)	100%	BNDES	FINEM e PSI	23.794	bancária Fiança	23.794	23.08.2015
IESul	50%	BNDES	FINEM e PSI	15.922	bancária Fiança	7.961	05.10.2014
IESul	50%	BNDES	PSI	21.686	bancária Fiança	10.843	10.08.2015
IENNE	25%	Banco do Nordeste	FNE	213.054	bancária	53.264	01.06.2014
IENNE	25%	Banco do Brasil	Conta garantida	18.081	Não há	4.520	04.05.2014
IEMadeira	51%	Banco da Amazônia	Cédula de crédito bancária	285.030	Fiança bancária	145.365	30.06.2016
IEMadeira	51%	BNDES	FINEM e PSI	1.797.751	Fiança bancária	916.853	30.06.2016
IEMadeira	51%	Itaú/BES	Debêntures de infraestrutura	380.032	Contra garantia	193.816	18.03.2025
IEGaranhuns	51%	BNDES	FINEM e PSI	232.032	Contra garantia	118.336	15.12.2028

Existe contra garantia da Controlada CTEEP nos contratos de fiança bancária e interveniência nos contratos de financiamento de BNDES, no limite de sua participação nas controladas.

Os contratos de BNDES e debêntures das controladas e controladas em conjunto possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros de forma semelhante àqueles mencionados no item (a) (iii), bem como cláusulas de “cross default” que estabelecem o vencimento antecipado das dívidas na ocorrência de vencimento antecipado das dívidas da Controlada CTEEP.

Em 31 de março de 2014, todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Controlada CTEEP e suas controladas.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 18. Debêntures

	Vencimento	Quan- tidade	Encargos	Consolidado	
				31.03.2014	31.12.2013
1ª série (i)	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	167.102	162.518
2ª série (i)	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	78.266	75.147
Série única CTEEP (ii)	26.12.2018	50.000	116,0% do CDI a.a.	510.720	499.975
				<b>756.088</b>	<b>737.640</b>
Circulante				<b>190.557</b>	<b>184.884</b>
Não circulante				<b>565.531</b>	<b>552.756</b>

(i) Em dezembro de 2009, a Controlada CTEEP emitiu 54.860 debêntures, em duas séries, no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010.

- 1ª série: O vencimento das debêntures ocorre anualmente ao término do prazo de 5 anos da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração é paga semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.
- 2ª série: Os vencimentos das debêntures ocorrerão nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração é paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2011, de 2012, de 2013 e de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017.

Os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado  $\leq$  3,5 e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro  $>$  3,0, apurado trimestralmente.

Em 31 de março de 2014, todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Controlada CTEEP e suas controladas.

(ii) Em dezembro de 2013, a Controlada CTEEP emitiu 50.000 debêntures em série única, no montante total de R\$500,0 milhões. O vencimento das debêntures ocorrerá anualmente nos dias 26 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018; e a remuneração é paga semestralmente, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 26 de junho de 2016 e a última em 26 de dezembro de 2018.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31.03.2014	31.12.2013
2015	17.561	17.580
2016	188.636	184.245
2017	188.663	184.269
2018	170.671	166.662
	<b>565.531</b>	<b>552.756</b>

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

A movimentação das debêntures é como segue:

<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>737.640</b>
Pagamentos de juros	(3.601)
Juros e variações monetárias e cambiais	22.049
<b>Saldos em 31.03.2014</b>	<b>756.088</b>

### 19. Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
Imposto de renda	224	418	663	665
Contribuição social	-	-	300	160
COFINS	-	5.746	5.079	10.323
PIS	-	1.248	1.103	2.241
INSS	53	17	4.875	5.402
ISS	-	-	2.633	2.530
Outros	2	3	4.508	6.241
	<b>279</b>	<b>7.432</b>	<b>19.161</b>	<b>27.562</b>

### 20. Impostos parcelados – Lei nº 11.941

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Controlada CTEEP retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito relativo às contribuições do PIS e da COFINS. Para a quitação do débito a Controlada CTEEP aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162 à vista, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente está sendo pago em 180 meses desde novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Controlada CTEEP consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para pagamento a partir de 30 de junho de 2011, a primeira parcela no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contada a partir de dezembro de 2009.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação nos exercícios findos em 31 de março de 2014 é a seguinte:

	<u>31.03.2014</u>
Saldo Inicial	150.742
Atualização monetária sobre o débito	2.645
Pagamentos efetuados	(3.520)
	<u><b>149.867</b></u>
Circulante	<u><b>14.161</b></u>
Não circulante	<u><b>135.706</b></u>

### 21. PIS e COFINS diferidos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
PIS diferido	17.090	21.019
COFINS diferido	78.776	96.841
	<u><b>95.866</b></u>	<u><b>117.860</b></u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção da Controlada CTEEP. O recolhimento ocorre quando do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro. No trimestre foi apurado R\$21.994 de PIS e COFINS diferidos.

### 22. Encargos regulatórios a recolher

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	67.021	65.742
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	419	504
Reserva Global de Reversão - RGR (ii)	6.263	6.684
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	955	1.257
Taxa de fiscalização - ANEEL	543	499
	<u><b>75.201</b></u>	<u><b>74.686</b></u>
<b>Circulante</b>	<u><b>49.160</b></u>	<u><b>38.666</b></u>
<b>Não circulante</b>	<u><b>26.041</b></u>	<u><b>36.020</b></u>

(i) A Controlada CTEEP e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os saldos dos projetos serão liquidados quando da finalização de cada projeto.

(ii) Conforme artigo 21 da Lei nº 12.783, a partir de 01 de janeiro de 2013, as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica com os contratos de concessão prorrogados nos termos da referida Lei, ficam desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR. Para a Controlada CTEEP aplica-se ao contrato nº 059/2001. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de RGR a pagar refere-se ao complemento do encargo referente aos exercícios de 2011 e 2012.

### 23. Provisões

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Férias e encargos sociais	-	20	16.886	19.616
Participação nos lucros e resultados – PLR	-	-	3.150	8.401
Demandas judiciais (a)	-	-	121.023	127.898
	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>141.059</u>	<u>155.915</u>
<b>Circulante</b>	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>20.036</u>	<u>28.017</u>
<b>Não circulante</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>121.023</u>	<u>127.898</u>

#### (a) Provisão para demandas judiciais

As contingências são avaliadas trimestralmente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Controlada CTEEP, como demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Trabalhistas (i)	103.999	103.234
Cíveis (ii)	9.934	15.855
Fiscais – IPTU (iii)	5.270	7.042
Previdenciárias – INSS (iv)	1.820	1.767
	<u>121.023</u>	<u>127.898</u>

#### (i) Trabalhistas

A Controlada CTEEP assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Controlada CTEEP possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$58.875 (R\$65.511 em 31 de dezembro de 2013), conforme nota 13.



## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (ii) Cíveis

A Controlada CTEEP está envolvida em processos cíveis relacionados à instituição de servidão e desapropriação de imóveis onde sobrepõem linhas de transmissão, decorrentes do próprio negócio, na medida em que para sobrepõem linhas de transmissão a concessionária obtém a Declaração de Utilidade Pública para execução das obras e necessita indenizar os proprietários.

### (iii) Fiscais - IPTU

A Controlada CTEEP efetua provisão para fazer face aos débitos com prefeituras de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$5.270.

### (iv) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Controlada CTEEP foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração da Controlada CTEEP iniciou procedimento de defesa e atualmente o valor do depósito judicial para este processo totaliza R\$1.226 (nota 13).

### (v) Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Trabalhista</b>	<b>Cível</b>	<b>Fiscais - IPTU</b>	<b>Previdenciárias - INSS</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31.12.2013</b>	<b>103.234</b>	<b>15.855</b>	<b>7.042</b>	<b>1.767</b>	<b>127.898</b>
Constituição	1.969	-	-	-	1.969
Reversão/pagamento	(2.411)	(6.283)	(1.933)	-	(10.627)
Atualização	1.207	362	161	53	1.783
<b>Saldos em 31.03.2014</b>	<b>103.999</b>	<b>9.934</b>	<b>5.270</b>	<b>1.820</b>	<b>121.023</b>

### (b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Controlada CTEEP e suas controladas possuem ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$221.182 em 31 de março de 2014 (R\$171.001 em 31 de dezembro de 2013), concentradas principalmente em trabalhistas e fiscais que totalizam R\$206.618.

<b>Classificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Total</b>
Trabalhistas	257	30.209
Cíveis	22	14.564
Fiscais – CSLL base negativa (i)	1	19.541
Fiscais – MANAD (ii)	1	16.638
Fiscais – Amortização ágio (iii)	2	123.500
Fiscais – IRPJ e CSLL (iv)	1	15.619
Fiscais – Outros	19	1.111
Plano Lei 4.819/58 (v)	1	-
		<b>221.182</b>

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

**(i) Fiscais – CSLL base negativa**

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, pela não comprovação da composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

**(ii) Fiscais – MANAD**

Processo decorrente de autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2011 na Controlada CTEEP, em razão de atendimento de obrigação acessória referentes à entrega de arquivos digitais, relacionados ao Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD). Aguarda julgamento de recurso.

**(iii) Fiscais – Amortização do Ágio**

Processo decorrente de autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2013 e 2014, referentes à operação de ágio pago pela Companhia no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP. Pendentes de julgamento.

**(iv) Fiscais – IRPJ e CSLL**

Refere-se a pedido de compensação pleiteado pela Controlada CTEEP em maio de 2003, referente a saldo negativo de IRPJ e CSLL (exercício de 2002), no valor de R\$16,9 milhões compensado com débitos de IRPJ e CSLL, apurados nos meses de janeiro a março de 2003, o qual foi deferido parcialmente. Pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

**(v) Plano Lei 4.819/58**

Refere-se ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58, vide nota 36.

**(c) Processos com probabilidade de perda classificada como remota - consolidado**

**Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE**

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da Controlada CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS como saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A Controlada CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela Controlada CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da Controlada CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

Em dezembro de 2012, foi publicada decisão que indeferiu a produção de provas requeridas pelas partes encerrando a liquidação por artigos, declarando que a responsabilidade pelo pagamento da condenação é da Eletropaulo, abatendo-se o montante depositado em juízo referente à ação consignatória. A Eletropaulo recorreu para que o processo retornasse a fase probatória para realização de prova pericial. Em 31 de março de 2014, aguarda-se a realização de perícia.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a Controlada CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Controlada CTEEP não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS e aceita em juízo.

### **24. Valores a pagar – Fundação CESP**

A Controlada CTEEP patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos com a Fundação CESP, que somado aos custos administrativos do fundo apresenta saldo de R\$5.528 em 31 de março de 2014 (R\$6.091 em 31 de dezembro de 2013), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

#### **(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias**

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Controlada (nota 36).

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### (b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Controlada CTEEP, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Controlada CTEEP.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Controlada CTEEP, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Controlada CTEEP e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida - CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida - CD torna-se de Benefício Definido - BD. Os planos “B” e “B1” foram fusionados financeiramente constituindo-se o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

### (c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Controlada CTEEP, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Durante o trimestre não houve variação significativa no número de participantes dos planos e nas premissas utilizadas pela Controlada CTEEP em relação ao informado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

## 25. Obrigações especiais – Reversão/Amortização

O saldo em 31 de março de 2014, de R\$24.053, refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Controlada CTEEP, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a Controlada CTEEP paga 5% sobre o valor da Reserva, à título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 26. Patrimônio Líquido

#### (a) Capital social

Em 9 e 19 de março de 2010, a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais resgatáveis ao preço de R\$2,020731 por ação, cujo resgate terá início em 12 de abril de 2013 e termino em 09 de abril de 2016, que foram totalmente subscritas e integralizadas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo (“HSBC”), conforme segue:

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 08 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 divididos em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma assembleia foi aprovada a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e
- (ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia. Neste sentido, o capital social da Companhia passou de R\$840.198 para R\$840.378 dividido em 1.398.838.834 ações.

A partir de 2013, conforme previsto no cronograma de resgate das ações preferenciais resgatáveis, constante do Estatuto Social, a ISA Capital passou a resgatar as referidas ações. As classes A, B, C e D, foram resgatadas, respectivamente, em 12 de abril, 04 de julho, 04 de outubro de 2013 e 06 de janeiro de 2014. Assim, após referidos resgates, remanesceram 441.272.148 ações preferenciais de posse dos acionistas HSBC e Votorantim na proporção de 50% para cada um.

Em 25 de fevereiro de 2014, foi firmado entre os acionistas o Primeiro Aditamento ao Acordo de Acionistas ocasião em que a ISA Capital realizou Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre (i) a conversão das classes de ações preferenciais resgatáveis então existentes em novas classes, e (ii) alteração dos artigos 5º e 6º do Estatuto Social, bem como sua consolidação. Dentre as alterações introduzidas ao Acordo de Acionistas destacamos (i) o novo cronograma de resgate das ações preferenciais e de pagamento de dividendos fixos cumulativos que passou a ser semestral, quando anteriormente era trimestral, e (ii) os dividendos fixos cumulativos que passaram a ser calculados a partir de 25 de fevereiro de 2014, com base na taxa de 100% da variação do CDI acrescido de 1,5% ao ano, quando anteriormente era calculado com base em 100% da variação do CDI acrescido de 1,0% ao ano.

Dessa forma, em 31 de março de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$840.378 e está representado por 840.625.000 ações ordinárias e 441.272.148 ações preferenciais (486.952.494 ações preferencias em 31.12.2013). Por conta da mudança ocorrida no quadro de acionistas preferencialistas, conforme mencionado na nota explicativa 1, o novo quadro de acionistas da Companhia é como segue:

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Interconexión Eléctrica S.A ESP	840.625.000	-	840.625.000	65,58%
HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	-	220.636.074	220.636.074	17,21%
BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.	-	220.636.074	220.636.074	17,21%
<b>Total</b>	<b>840.625.000</b>	<b>441.272.148</b>	<b>1.281.897.148</b>	<b>100,00%</b>

### (b) Dividendos fixos cumulativos

Conforme previsto no artigo 35º do Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios equivalem a 1% do Lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e são destinados às ações preferenciais resgatáveis até o montante equivalente aos Dividendos Fixos Cumulativos a que fazem jus essas ações.

Conforme estabelecido no Primeiro Aditamento do Acordo de Acionista, firmado em 25 de fevereiro de 2014, de acordo com a cláusula II, foi deliberado que os dividendos fixos cumulativos, que anteriormente eram calculados e pagos trimestralmente, passaram a ser calculados e pagos semestralmente a partir da referida data com base na taxa de 100% da variação do CDI acrescido de 1,5% ao ano. Em decorrência deste Primeiro Aditamento, coube a Companhia pagar em 28 de fevereiro de 2014 dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas no montante de R\$13.714, calculados com base no critério anterior, ou seja, à taxa de 100% da variação CDI acrescido de 1% ao ano, compreendendo o período de 06 de janeiro de 2014 até 25 de fevereiro de 2014.

O Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas, HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A. como segue:

<b>Pagamento</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor por Ação R\$</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>Deliberação</b>	<b>Competência</b>
06/01/2014	25.000	0,051339	441.272.148	06/01/2014	2013
28/02/2014	13.714	0,031077	441.272.148	25/02/2014	2014
<b>Total</b>	<b>38.714</b>				

### (c) Dividendos e juros sobre capital próprio da Controlada CTEEP

Em 31 de dezembro de 2013, a administração da Controlada CTEEP propôs o pagamento de dividendos adicionais propostos no montante de R\$30.000. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2014, na Controlada CTEEP, foi deliberado o pagamento, em 31 de julho de 2014, deste montante correspondentes a R\$0,196514 por ação. Dessa forma, a parcela de dividendos a receber registrada pela Companhia no 1º trimestre resultou no montante de R\$11.342.

### (d) Reserva de capital

Após as deliberações de 9 e 19 de março de 2010, acima mencionadas, a conta de Reservas de Capital da Companhia em 31 de dezembro de 2012, tem saldo equivalente a R\$1.199.400. Essa importância, conforme previsto em cronograma será utilizada para a realização dos resgates das ações preferenciais resgatáveis, podendo também, conforme previsto no acordo de acionistas e na Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, conforme alterada, ser utilizada para pagamento de dividendos a que tem direito as ações preferenciais resgatáveis.

Em continuidade aos resgates das ações iniciados em 2013, em 06 de janeiro de 2014 houve resgate de 45.680.346 ações preferenciais resgatáveis classe D de emissão da Controladora, totalizando o valor de R\$92.308. As referidas ações preferenciais foram canceladas e o respectivo valor pago pelo resgate foi integralmente debitado do saldo da

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

conta de Reserva de capital. Dessa forma, em 31 de março de 2014, a conta de Reserva de capital permaneceu com o saldo de R\$891.092 (R\$983.400 em 31.12.2013).

**(e) Ágio na transação de capital**

Após a subscrição de ações de emissão da Controlada CTEEP em dezembro de 2011, referente ao aumento de capital daquele ano, a Companhia por um lado apurou um ganho na variação de porcentagem de participação no capital da CTEEP, e por outro uma perda no valor da ação em relação ao seu valor patrimonial resultando em uma perda de R\$7.488. Após deduzido o valor de R\$20 em função da venda de 920 ações da CTEEP ocorrido nos meses de junho e julho de 2012. Dessa forma, em 31 de março de 2014, a conta tem saldo equivalente a R\$7.468 (R\$7.468 em 31.12.2013).

**(f) Reservas de lucro**

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Reserva legal (i)	5.881	5.881
Reserva de retenção de lucros (ii)	<u>54.884</u>	<u>54.884</u>
	<u><b>60.765</b></u>	<u><b>60.765</b></u>

**(i) Reserva legal**

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

**(ii) Reserva de retenção de lucros**

Nessa conta deverá ser alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanescer após a destinação dos dividendos fixos cumulativos às ações preferenciais resgatáveis, observando os limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. Enquanto houver ações preferenciais resgatáveis em circulação, essa conta será utilizada apenas e exclusivamente para o pagamento de dividendos fixos cumulativos a que as ações preferenciais resgatáveis fazem jus e, se for o caso, também para o resgate das ações preferenciais resgatáveis.

**(g) Lucro por ação**

O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
<b>Lucro básico</b>		
Lucro líquido – R\$ mil	29.894	6.980
<b>Quantidade média ponderada de ações</b>		
Ordinárias	840.625.000	840.625.000
Preferenciais	464.112.321	593.844.504
	<u>1.304.737.321</u>	<u>1.434.469.504</u>
<b>Total do lucro básico e diluído por ação- R\$</b>	<b>0,0229</b>	<b>0,0049</b>

### 27. Receita operacional líquida

#### 27.1 Composição da receita operacional líquida

	<b>Consolidado</b>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
<b>Receita bruta</b>		
Construção (nota 8)	40.714	46.512
Operação e manutenção (nota 8)	168.114	143.675
Financeira (nota 8)	38.159	38.817
Aluguéis	4.162	3.644
Prestação de serviços	1.138	1.410
<b>Total da receita bruta</b>	<u>252.287</u>	<u>234.058</u>
<b>Tributos sobre a receita</b>		
COFINS	(16.182)	(17.867)
PIS	(3.515)	(3.879)
ISS	(92)	(81)
	<u>(19.789)</u>	<u>(21.827)</u>
<b>Encargos regulatórios</b>		
Conta de consumo de combustível – CCC	-	(892)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(1.435)	(3.525)
Reserva global de reversão – RGR	(695)	(599)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.810)	(1.594)
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA	(3.271)	(4.803)
	<u>(7.211)</u>	<u>(11.413)</u>
	<u>225.287</u>	<u>200.818</u>

Não houve alteração na natureza das receitas operacionais em relação à 31 de dezembro de 2013.



ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

**28. Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas**

	<b>Controladora</b>				<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>			<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>
	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Custos</b>	<b>Despesas</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Pessoal	(418)	(428)	(49.389)	(9.982)	(59.371)	(71.430)
Serviços	(578)	(479)	(30.817)	(8.241)	(39.058)	(45.565)
Depreciação e amortização de intangível (notas 15 e 16)	(2)	(2)	-	(2.020)	(2.020)	(1.822)
Materiais	-	-	(14.428)	(249)	(14.677)	(41.696)
Arrendamentos e aluguéis	(79)	(71)	(2.331)	(1.643)	(3.974)	(3.608)
Demandas judiciais	-	-	-	(8.468)	(8.468)	(7.381)
Outros	(56)	(57)	(7.671)	(3.338)	(11.009)	(10.530)
	<b>(1.133)</b>	<b>(1.037)</b>	<b>(104.636)</b>	<b>(33.941)</b>	<b>(138.577)</b>	<b>(182.032)</b>

**Consolidado**

Dos custos demonstrados acima, os custos de construção da Controlada CTEEP totalizaram R\$36.948 em 31 de março de 2014 e R\$41.893 em 31 de março de 2013. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 27.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as controladas em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção.

**29. Resultado Financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>
<b>Receitas</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	1.604	6.936	14.848	26.373
Juros ativos	466	793	12.232	27.430
Ajuste MTM (market to market) (CCB International e <i>Commercial Paper</i> )	-	-	-	864
Juros Selic IR a recuperar	355	517	355	517
Variações monetárias	-	-	18.629	30.584
Variações cambiais	7.294	3.080	7.294	3.080
Variações cambiais (CCB International e <i>Commercial Paper</i> )	-	-	-	10.197
Ajuste de operação de cobertura (Swap- CCB International e <i>Commercial Paper</i> )	-	-	-	4.919
Outras	-	-	232	1.039
	<b>9.719</b>	<b>11.326</b>	<b>53.590</b>	<b>105.003</b>
<b>Despesas</b>				
Juros sobre empréstimos	(1.630)	(1.387)	(11.779)	(13.137)
Comissões e taxas	(2.675)	-	(2.675)	-
Juros passivos	-	-	(2.953)	(2.261)

ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Encargos sobre notas promissórias	-	-	-	(1.115)
Encargos sobre debêntures	-	-	(20.564)	(20.391)
Encargos (CCB International e <i>Commercial Paper</i> )	-	-	-	(2.132)
IRRF sobre remessa de juros	(247)	(200)	(247)	(200)
Variações monetárias	-	(8.754)	-	(8.754)
Varição cambial	(6.649)	(2.865)	(6.649)	(2.865)
Variações cambiais (CCB International e <i>Commercial Paper</i> )	-	-	-	(6.457)
Ajuste de operação de cobertura (Swap- CCB International e <i>Commercial Paper</i> )	-	-	-	(9.103)
Outras	(28)	(11)	(374)	(1.449)
	<u>(11.229)</u>	<u>(13.217)</u>	<u>(45.241)</u>	<u>(67.864)</u>
	<b><u>(1.510)</u></b>	<b><u>(1.891)</u></b>	<b><u>8.349</u></b>	<b><u>37.139</u></b>

30. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
<b>Receitas</b>				
Amortização Perda IEMG	-	-	600	605
Outras	-	-	-	14.062
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>600</u>	<u>14.667</u>
<b>Despesas</b>				
Amortização do direito de concessão (Notas 11)	-	(17.126)	(7.471)	(24.598)
Amortização de ativo de concessão na aquisição de controlada (i)	-	-	(623)	-
Outras	-	-	(36)	(136)
	<u>-</u>	<u>(17.126)</u>	<u>(8.130)</u>	<u>(24.734)</u>
	<b><u>-</u></b>	<b><u>(17.126)</u></b>	<b><u>(7.530)</u></b>	<b><u>(10.067)</u></b>

(i) Referente à aquisição da controlada Evrecy.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 31. Imposto de renda e contribuição social

#### (a) Correntes

A Companhia calcula mensalmente as parcelas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	29.894	6.980
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(10.164)	(2.373)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes		
Amortização do direito de concessão	-	(5.823)
Equivalência patrimonial	11.062	9.192
Outros	(898)	(996)
<b>Imposto de renda e contribuição social efetiva</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	-	-
Diferido	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.03.2013</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.692	66.618
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(34.915)	(22.650)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes		
Juros sobre capital próprio	64	-
Realização de perda	(17)	(19)
Amortização do direito de concessão	-	(5.823)
Reversão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (nota 11)	4.931	4.931
Equivalência patrimonial	9.780	7.058
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	1.067	593

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Outros	(703)	260
<b>Imposto de renda e contribuição social efetiva</b>	<b>(19.793)</b>	<b>(15.650)</b>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(8.374)	(63.712)
Diferido	(11.419)	48.062
	<b>(19.793)</b>	<b>(15.650)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>19,3%</b>	<b>23,5%</b>

(i) Controladas IEMG, Pinheiros, Serra do Japi e Evrecy.

A alíquota utilizada nas apurações de 2013 e 2012 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

### (b) Tributos diferidos

A Companhia registrou no ativo em 2011 a importância de R\$53.000 referente a crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, com base nas suas projeções de lucratividade futuras que anteriormente não eram esperadas. Em virtude da compensação de prejuízo fiscal utilizado para a dedução da base de cálculo do lucro real, em 2013, a Companhia reconheceu como Imposto de renda e Contribuição social diferidos a importância de R\$7.047. Por conta deste evento, a administração da Companhia realizou a revisão dos valores e estima-se utilizar o saldo existente em 31 de março de 2014 no montante de R\$32.507 até o ano de 2015, conforme quadro de previsão de realização:

<b>Crédito fiscal utilizado anualmente</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Total</b>
Imposto de renda	5.614	18.318	23.932
Contribuição social sobre o lucro	2.021	6.554	8.575
	<b>7.635</b>	<b>24.872</b>	<b>32.507</b>

Adicionalmente, a Companhia possui em 31 de março de 2014, saldo de R\$192.284 (31 de dezembro 2013 R\$192.284) de créditos de impostos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, não reconhecidos contabilmente, visto que a recuperação desses créditos não se tornaram ainda provável em futuro previsível.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Provisão SEFAZ (nota 9)	-	-	175.527	175.527
Provisão para demandas judiciais	-	-	41.148	43.485
Contrato de concessão (ICPC 01)	-	-	(40.918)	(38.797)
Reversão de ativos (ICPC 01) (i)	-	-	13.528	16.063
Reversão de ativos (i)	-	-	(22.063)	(26.199)
IR diferido sobre prejuízo fiscal	23.932	23.932	23.932	23.932
CS diferido sobre base negativa	8.575	8.575	8.575	8.575

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Demais diferenças temporárias	-	-	6.080	14.642
<b>Líquido</b>	<b>32.507</b>	<b>32.507</b>	<b>205.809</b>	<b>217.228</b>
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>32.507</b>	<b>32.507</b>	<b>237.814</b>	<b>251.775</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32.005</b>	<b>34.547</b>

- (i) A Controlada CTEEP apurou ganho de capital, para fins fiscais, devido a reversão dos ativos imobilizados, prevista na Lei nº 12.783 e quinto aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001 assinado em 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$250.231 (que para fins societários corresponde a R\$97.497). Com base no Decreto-Lei nº 1.598/77 o ganho de capital poderá ser reconhecido para fins de apuração do lucro real na proporção da parcela do preço recebida, se o recebimento de parte ou todo for superior ao exercício social vigente. As parcelas recebidas até 31 de março de 2014 totalizam, aproximadamente, 74,0% do valor total a receber das instalações do NI.

A Administração da Controlada CTEEP considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

### (c) Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627

A Medida Provisória (MP) nº 627 de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

A Controlada CTEEP não optou pela adoção antecipada da referida MP, tendo em vista que os valores distribuídos a título de dividendos e juros sobre capital próprio, para o período que esteve vigente o Regime Tributário de Transição (RTT), não diferem significativamente daqueles que teriam sido passíveis de distribuição, se apurados em consonância com as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

## 32. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	31.03.2014		31.12.2013		31.03.2014	31.03.2013
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
<b>a) da Controladora - ISA CAPITAL</b>							
<b>Consolidado</b>							
Benefícios de curto prazo*	Pessoal chave Administração	-	-	-	-	(418)	(1.882)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	HSBC Finance (Brasil) S.A.						
	Banco Múltiplo	1	-	1	-	-	-
Aplicação financeira (Nota 7)	Banco Votorantim S.A.	29.276	-	15.992	-	556	-
Empréstimos (nota 12 e 29)	Interconexión Electrica	54.320	-	55.764	-	466	(291)
	Internexa Brasil	-	-	-	-	-	378

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a receber (nota 26.c)	Controlada CTEEP	11.342	-	75.611	-	-	-
		<u>94.939</u>	<u>-</u>	<u>147.368</u>	<u>-</u>	<u>604</u>	<u>(1.795)</u>
<b>b) da Controlada CTEEP</b>							
Sublocação	Controlada CTEEP	-	(25)	-	(24)	(79)	(79)
	IEMG	8	-	6	-	20	19
	Pinheiros	13	-	13	-	49	35
	Serra do Japi	10	-	12	-	40	38
	Evrecy	5	-	5	-	18	-
	IENNE	9	-	8	-	29	25
	IESul	5	-	5	-	17	15
		<u>50</u>	<u>(25)</u>	<u>49</u>	<u>(24)</u>	<u>94</u>	<u>53</u>
Prestação de serviços	Controlada CTEEP	-	-	-	(12)	(35)	(35)
	Pinheiros	92	-	88	-	270	159
	Serra do Japi	24	-	23	-	106	67
	Evrecy	56	-	-	-	399	-
	IEMadeira	87	-	38	-	88	304
		<u>259</u>	<u>-</u>	<u>149</u>	<u>(12)</u>	<u>828</u>	<u>495</u>

\*Referente aos honorários da administração.

### Benefício de curto prazo

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

### Sublocação

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas Controladas da CTEEP no edifício sede da Controlada CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

### Prestação de Serviços

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a Controlada CTEEP abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

### Mútuo

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Em 2012, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Serra do Japi.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 2013, entrou em vigência o contrato em que a Controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Evrecy.

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

### 33. Instrumentos financeiros

#### (a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2014	31.12.2013	31.03.2014	31.12.2013
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	55.330	61.472	59.056	65.742
Aplicações financeiras	19.814	83.404	518.260	679.160
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	-	-	768.014	749.388
Não circulante	-	-	3.097.125	3.218.954
Valores a receber – Secretaria da Fazenda				
Não circulante	-	-	676.658	643.027
Empréstimos a Receber				
Circulante	54.320	55.764	54.320	55.764
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	11.342	75.611	-	-
Cauções e depósitos vinculados				
Circulante	-	3.262	-	3.262
Não circulante	-	-	69.646	76.282
<b>Passivos financeiros</b>				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	1.051	2.719	194.209	195.530
Não circulante	71.626	74.146	460.072	383.172
Debêntures				
Circulante	-	-	190.557	184.884
Não circulante	-	-	565.531	552.756
Fornecedores	433	434	41.896	50.790
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	-	22.770	128.481
Valores a pagar Lei 4.819/58				
Circulante	11.347	11.347	11.347	11.347
Não circulante	400.000	400.000	400.000	400.000

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Os instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, são valorizados conforme Nível I e

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

para os instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo, são valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

### (b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

#### • Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	1.051	2.719	194.209	195.530
Não Circulante	71.626	74.146	460.072	383.172
Debêntures				
Circulante	-	-	190.557	184.884
Não Circulante	-	-	565.531	552.756
<b>Dívida total</b>	<b><u>72.677</u></b>	<b><u>76.865</u></b>	<b><u>1.410.369</u></b>	<b><u>1.316.342</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	75.144	144.876	577.316	744.902
<b>Dívida líquida</b>	<b><u>(2.467)</u></b>	<b><u>(68.011)</u></b>	<b><u>833.053</u></b>	<b><u>571.440</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.800.947</b>	<b>1.877.075</b>	<b>4.799.110</b>	<b>4.840.364</b>
Índice de endividamento líquido	(0,1%)	(3,6%)	17,4%	11,8%

### (c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Controlada CTEEP e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Controlada CTEEP e suas controladas mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária. Tendo em vista que o setor de energia elétrica é altamente regulado com receita assegurada e garantias, o risco de inadimplência é minimizado.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Controlada CTEEP e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica (nota 27.2).



## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

(iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 17 e 18).

(iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Controlada CTEEP e suas controladas não possuem financiamentos, contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.

A ISA Capital possui empréstimos a receber e a pagar em moeda estrangeira e para tais exposições a Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros para cobrir possíveis riscos cambiais. A exposição aos efeitos de oscilações cambiais não é considerada material pela Administração da Companhia.

(v) **Risco de captação** – A Controlada CTEEP e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.

(vi) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Controlada CTEEP e suas controladas são provenientes de:

- Suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; e
- Direito de valores a receber pela prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 regulamentado pela Lei nº 12.783/2013, cuja determinação de parte do valor e forma de pagamento estão pendentes de definição pelo Poder Concedente (nota 1.2).

A Controlada CTEEP gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### (d) **Análise de sensibilidade**

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Controlada CTEEP realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Controlada CTEEP não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Controlada CTEEP. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Controlada CTEEP, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de juros em 31 de março de 2014, que são informadas nos quadros de Risco de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

<b>Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado</b>						
<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Risco de Elevação dos Indexadores</b>		<b>Risco de Queda dos Indexadores</b>	
			<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
<b>Ativos Financeiros</b>						
Aplicações financeiras	96,5% a 103,00% CDI	13.657	16.911	20.106	10.116	6.809
<b>Passivos financeiros</b>						
Debêntures 1ª série	CDI+1,30%	(4.902)	(5.942)	(6.964)	(3.843)	(2.763)
Debêntures 2ª série	IPCA+8,10%	(2.739)	(3.030)	(3.319)	(2.444)	(2.145)
Debêntures Série única	116,0% CDI a.a	(25.665)	(29.365)	(32.991)	(21.887)	(18.027)
FINEM BNDES (i) e (ii)	TJLP+1,80% a 2,30%	(4.479)	(5.273)	(6.046)	(3.706)	(2.912)
BNDES (Controladas)	TJLP + 1,55% a 2,62% aa	(3.656)	(4.203)	(4.746)	(3.104)	(2.547)
Efeito líquido da variação		<b>(27.784)</b>	<b>(30.902)</b>	<b>(33.960)</b>	<b>(24.868)</b>	<b>(21.585)</b>
<b>Referência para Ativos e Passivos Financeiros</b>						
100% CDI (junho de 2014)		10,82% a.a	13,53% a.a	16,23% a.a	8,12% a.a	5,41% a.a

### 34. Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Os principais compromissos assumidos pela Controlada CTEEP e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.03.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Até um ano	6.906	7.346
Mais de um ano até cinco anos	18.165	12.871
	<b>25.071</b>	<b>20.217</b>

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação  
31 de março 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 35. Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<b>Consolidado</b>			
<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância Segurada - R\$ mil</b>	<b>Prêmio - R\$ mil</b>
Patrimonial (a)	01/09/12 a 01/03/14	2.662.316	3.510
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/13 a 01/09/14	20.000	162
Transportes Nacionais (c)	30/09/13 a 30/09/14	90.987	8
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/13 a 01/05/14	50.643	2
Automóveis (e)	02/03/13 a 02/03/14	Valor de mercado	22
Garantia Judicial (f)	29/11/13 a 11/04/17	17.083	293
			<b>3.997</b>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Subcláusula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Controlada CTEEP.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Controlada CTEEP, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.
- (f) **Garantia Judicial** – substituição de cauções e/ou depósitos judiciais efetuados junto ao Poder Judiciário.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

### 36. Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações com direito de controle e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a SEFAZ-SP e a Controlada CTEEP, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da SEFAZ-SP, repassados por meio da CESP e posteriormente da Controlada CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a SEFAZ-SP passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da Controlada CTEEP e da Fundação CESP, em montantes inferiores àqueles historicamente pagos até dezembro de 2003.

(a) Ação da 2ª Vara da Fazenda Pública

Este fato gerou a propositura de demandas judiciais por parte dos aposentados, destacando-se a Ação Civil Pública, com decisão judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública, proferida em junho de 2005, julgando improcedente o pedido de complementação de aposentadoria e responsabilizando a SEFAZ-SP pela complementação de aposentadorias. No referido processo, em outubro de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou competente a justiça comum para questões relacionadas à previdência privada, mantendo-se a tramitação desta ação.

(b) Ação da 49ª Vara do Trabalho

Em contraposição à decisão anteriormente proferida, decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo comunicada à Controlada CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferiu a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela Controlada CTEEP.

Para o cumprimento das decisões judiciais, a Controlada CTEEP solicita mensalmente os recursos necessários à SEFAZ-SP, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. Referida ação condenou a SEFAZ-SP, a CESP a Fundação CESP e a Controlada CTEEP.

Em decorrência da existência de processos em Varas de competências distintas, pende definição de qual decisão prevalecerá, o que poderá tornar nula a decisão da Justiça Trabalhista.

(c) Conflito de competência

Em 20 de fevereiro de 2013, o STF, em julgamento de recurso relativo a discussões jurídicas de outras partes e não relacionadas a esta ação, sedimentou jurisprudência pela competência da Justiça Comum para decidir casos que versem sobre previdência complementar. O posicionamento do plenário do STF foi no sentido de que “a competência para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar é da Justiça comum, dada a autonomia do Direito Previdenciário em relação ao Direito do Trabalho”.

A decisão do STF, no caso, mencionada no parágrafo anterior, confirmou a competência da Justiça Comum para o processamento de ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência complementar. Esse posicionamento servirá como precedente para o julgamento do conflito de competência que envolve o caso específico da Controlada CTEEP em relação à Lei 4.819/58, o qual já se encontra concluso ao Ministro do STF desde 09 de abril de 2013. Em novembro de 2013, o STF julgou o conflito de competência negando-o, esta decisão pende de recurso.

(d) Ação de cobrança

A SEFAZ-SP vem repassando à Controlada CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

Por força dessa decisão, a Controlada CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a março de 2014, o valor de R\$2.676.425 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da SEFAZ-SP o valor de R\$1.799.184 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela SEFAZ-SP, no montante de R\$966.241 (nota 9 (a)), tem sido requerida pela Controlada CTEEP para ressarcimento por parte da SEFAZ-SP. Adicionalmente, há valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Companhia e de responsabilidade do Governo do Estado, no montante de R\$226.672 (nota 9 (b)), perfazendo um total de R\$1.192.913

Em dezembro de 2010, a Controlada CTEEP ingressou com ação de cobrança contra a SEFAZ-SP, visando reaver os valores até então não recebidos decorrentes desse assunto. Em 13 de maio de 2013, foi proferida sentença extinguindo a ação de cobrança, sem julgamento de mérito, para a qual foi apresentado embargos de declaração, os quais, em 27 de agosto de 2013, foram conhecidos para reparar omissão contida na referida decisão. O recurso de apelação para que o processo retorne à Vara de origem para julgamento do mérito foi protocolado em setembro de 2013 e encontra-se pendente de julgamento. Tal intercorrência processual posterga o prazo de realização do ativo pretendido na referida ação.

(e) Ação da Associação dos Aposentados

No segundo semestre de 2012, a Associação dos Aposentados da Fundação CESP propôs ação judicial de nº 0022576-08.2012.8.26.0053, contra a SEFAZ-SP, requerendo sua condenação ao ressarcimento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, para que referido plano possa fazer frente aos pagamentos das aposentadorias e pensões.

(f) Mandado de Segurança – Sindicato de Campinas

Em 19 de abril de 2013, por meio de Ofício da SEFAZ-SP, esta reconheceu a efetivação de repasses à Controlada CTEEP de valores anteriormente glosados, relacionados a determinadas rubricas que compõem parcialmente o valor não repassado e necessário ao fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. O reconhecimento da SEFAZ-SP se deu por força do trânsito em julgado de decisão, no mesmo sentido, proferida nos autos de Mandado de Segurança Coletivo, ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas, que determinou que a SEFAZ-SP mantivesse os pagamentos das complementações de aposentadoria e pensão dos aposentados, sem supressão de tais verbas.

Por conta desta decisão, os pagamentos aos aposentados que pertencem ao sindicato mencionado acima, a partir de 19 de abril de 2013, têm sido assumidos pela SEFAZ-SP. A Administração da Controlada CTEEP, amparada por posição favorável de seus consultores jurídicos, entende que essa decisão fornece precedente importante para que verbas de mesma natureza, tanto para o grupo de aposentados daquele sindicato, bem como para outros aposentados, sejam reconhecidas de responsabilidade da SEFAZ-SP. Medidas serão analisadas pela Controlada CTEEP, por meio de seus consultores jurídicos, para que a SEFAZ-SP reconheça a responsabilidade por verbas de mesma natureza para toda a população de aposentados.

### Posicionamento da Controlada CTEEP

A Controlada CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela SEFAZ-SP.

Tendo em vista os fatos novos ocorridos durante 2013, sobretudo relacionados ao andamento jurídico do processo relacionado à cobrança dos valores devidos pela SEFAZ-SP, acima descrito, e considerando o andamento jurídico dos demais processos e ações acima mencionados, a Administração da Controlada CTEEP revisou seu

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias - continuação

31 de março 2014

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

posicionamento, reconhecendo, em 2013, provisão para perdas sobre a realização de créditos de parte dos valores a receber, para a qual há expectativa de aumento no prazo de realização e ainda não contemplada como sendo de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP.

A Administração segue monitorando os novos fatos relacionados à parte jurídica e comercial do assunto, bem como qualquer impacto sobre as informações financeiras da Controlada CTEEP.

### **37. Eventos subsequentes**

#### **Controladora**

##### **(a) Depósito Caução**

No dia 24 de abril de 2014, por meio de contrato de câmbio feito junto ao Banco Santander, a Companhia realizou depósito no Bank of New York (“BONY”) no montante de R\$3.121, sendo que este recurso será utilizado para pagamento dos juros sobre os bônus em julho de 2014.

\*\*\*